

**Pauta de Reivindicações para ACORDO COLETIVO DE TRABALHO SESI-SP****2021**

- Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, em nome dos Sindicatos integrantes, encaminha ao SESI-SP/SENAI-SP, nos termos do documento protocolizado em 23 de fevereiro de 2021, a pauta de reivindicações abaixo, para as tratativas referentes à data base de 1º de março de 2021.

**1. Abrangência**

O presente Acordo Coletivo abrange o Serviço Social da Indústria – **SESI-SP**, Departamento Regional de São Paulo, CNPJ 03.779.133/0001-04, e a categoria profissional diferenciada dos PROFESSORES representada pelo Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - **Sinpro ABC**, CNPJ 53.714.440/0001-77; Sindicato dos Professores e Auxiliares Administrativos de Araçatuba e Região – **Sinpro ATA**, CNPJ 00.376.088/0001-40; Sindicato dos Professores de Bauru e Região - **Sinpro Bauru**, CNPJ 51.518.355/0001-08; Sindicato dos Professores de Campinas e região - **Sinpro Campinas e Região**, CNPJ 46.108.239/0001-80; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação de Franca – **Sintee Franca**, CNPJ 60.239.845/0001-66; Sindicato dos Professores de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Educação Superior, Ensino Profissionalizante, Cursos Livres e Afins de Mogi Guaçu e Itapira – **Sinpro Guapira**, CNPJ 06.242.470/0001-48; Sindicato dos Professores e Professoras dos Estabelecimentos Privados de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Educação Superior, Ensino Profissionalizante, Cursos Livres e Afins de Guarulhos – **Sinpro Guarulhos**, CNPJ 05.206.338/0001-18; Sindicato dos Professores do Município de Jacareí - **Sinpro Jacareí**, CNPJ 08.593.404/0001-48; Sindicato dos Professores dos Estabelecimentos de Educação Básica (Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio), Educação Superior, Ensino Profissionalizante, Cursos Livres e Afins de Jaú – **Sinpro Jaú**, CNPJ 06.067.627/0001-46; Sindicato dos Professores de Jundiaí - **Sinpro Jundiaí**, CNPJ 59.029.553/0001-10; Sindicato dos Professores de Osasco e Região - **Sinpro Osasco e Região**, CNPJ 56.335.722/0001-51; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Privados de Ensino de Ourinhos e Região – **SINTRAENSINO-SP**, CNPJ 15.568.731/0001-05; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Presidente Prudente – **Sintee Presidente Prudente**, CNPJ 53.301.305/0001-08; Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto – **Sinpaae Ribeirão Preto**, CNPJ 56.891.377/0001-32; Sindicato dos Professores de São José do Rio Preto - **Sinpro Rio Preto**, CNPJ 56.359.482/0001-25; Sindicato dos Professores de Santos e Região - **Sinpro Santos**, CNPJ 58.255.852/0001-00; Sindicato dos

Sindicato • Fepesp • SESI-SP

Professores de São Carlos – **Sinpro São Carlos**, CNPJ 06.266.000/0001-14, Sindicato dos Professores de São Paulo - **Sinpro São Paulo**, CNPJ 50.270.172/0001-53; Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – **Sinpro Sorocaba**, CNPJ 60.121.753/0001-87; Sindicato dos Professores de Taubaté – **Sinpro Taubaté e Região**, CNPJ 07.288.958/0001-79; Sindicato dos Professores de Leme, Pirassununga, Porto Ferreira, Descalvado, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro e Tambaú – **Sinpro Unidades**, CNPJ 08.369.686/0001-02; Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Privados de Ensino nos Municípios de Indaiatuba, Salto e Itu – **Sinpro Vales**, CNPJ 05.999.011/0001-40; Sindicato dos Professores de Valinhos e Vinhedo – **Sinpro Valinhos/Vinhedo**, CNPJ 67.996.314/0001-67, nas respectivas bases territoriais, integrantes da Federação dos Professores do Estado de São Paulo – **Fepesp**, CNPJ 59.391.227/0001-58, que neste Acordo atua como assistente, designados doravante de SESI-SP e PROFESSORES.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

## 2. Vigência

Este Acordo Coletivo de trabalho terá duração de um ano, com vigência de 1º de março de **2021** a 28 de fevereiro de **2022**.

**Parágrafo único** – No período de vigência deste Acordo algumas cláusulas poderão ser revistas pelas partes, desde que essa iniciativa se justifique exclusivamente por mudanças na legislação pedagógica federal ou estadual que atinjam coletivamente a estrutura educacional das unidades de ensino e que estejam diretamente relacionadas ao conteúdo das cláusulas.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

## 3. Reajuste salarial

Fica assegurado aos PROFESSORES do SESI-SP, o reajuste salarial de **xx%** (**xxxxxxx**) a partir de 1º de março de **2021**, **acrescido de 3% (três por cento) a título de aumento real**, a ser aplicado sobre os salários vigentes em **28** de fevereiro de **2021**.

**Parágrafo único** – Fica estabelecido que os salários de fevereiro de **2022**, servirão como base de cálculo para a data-base de 1º de março de **2022**.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula, adequação de datas e reajuste salarial calculado pelo índice inflacionário, apurado pelo IBGE (INPC), acrescido de 3% (três por cento), a título de aumento real.**

## 4. Composição da remuneração mensal

Na composição da remuneração mensal do PROFESSOR aulista, deverá ser considerada a seguinte equação: carga horária semanal multiplicada pelo salário hora-aula e multiplicada, ainda, por 4,5 semanas (artigo 320 § 1º da CLT), somada a 1/6 do total obtido de Descanso

Sindicato • Fepesp • SESI-SP

Semanal Remunerado e somado, ainda, ao adicional de hora-atividade, conforme o que estabelece a cláusula *Adicional de Hora-atividade* do presente Acordo Coletivo, este último aplicado sobre a soma das parcelas anteriores.

**Parágrafo único** – O descanso semanal remunerado (DSR) referido no caput, já está incluído no salário dos PROFESSORES mensalistas.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **5. Prazo para pagamento de salário**

A remuneração mensal será paga até o último dia do mês a que se refere e o adiantamento salarial, no valor de 30% (trinta por cento) do salário, será pago no dia 15 (quinze).

**Parágrafo primeiro** – O pagamento da remuneração mensal e o do adiantamento salarial serão antecipados para o primeiro dia útil anterior se o convencionado acima cair em feriado, sábado ou domingo.

**Parágrafo segundo** – O não pagamento dos salários no prazo acima acarretará multa diária em favor do PROFESSOR de 1/30 (um trinta avos) de seu salário mensal.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **6. Comprovante de pagamento**

O SESI-SP disponibilizará no sistema de “intranet”, mensalmente, a seus PROFESSORES, comprovante de pagamento da remuneração mensal, devendo constar a identificação do PROFESSOR, a unidade em que está lotado, os valores do salário, horas extras, hora-atividade, outros eventuais adicionais, todos os descontos efetuados e o valor de recolhimento do FGTS. Havendo solicitação do PROFESSOR, o SESI-SP está obrigado a fornecer o comprovante de pagamento impresso.

**Parágrafo único** – Para os PROFESSORES aulistas, o demonstrativo deverá conter, ainda, o valor do salário aula, e o descanso semanal remunerado (DSR).

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **7. Jornada extraordinária**

Fica autorizada, por meio deste Acordo Coletivo, a prorrogação da jornada de trabalho, quando necessária, observados os limites legais.

**Parágrafo primeiro** – Todas as atividades ocorridas fora do horário contratual serão consideradas horas extras, independentemente do fato de constarem ou não do calendário escolar.

**Parágrafo segundo** – A carga horária extraordinária dos PROFESSORES será remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento).

**Parágrafo terceiro** – Será obedecido o mesmo critério estabelecido no parágrafo 2º desta cláusula para as horas extraordinárias que serão utilizadas na compensação em outro dia.

**Parágrafo quarto** – Não será aplicado o critério estabelecido no parágrafo 3º desta cláusula às horas trabalhadas para a compensação de dias normais de trabalho que não terá expediente, desde que previstos no calendário escolar.

**Parágrafo quinto** – Como exceção ao disposto nos parágrafos 1º e 2º, não serão consideradas horas extras, sendo pagas como horas normais, acrescidas de hora-atividade, DSR e vantagens pessoais:

- a) as atividades não inerentes ao trabalho docente, de duração temporária e determinada, desde que haja concordância expressa do PROFESSOR que aceitar realizá-las, formalizada através de documento firmado com o SESI-SP.
- b) as atividades docentes que forem adicionadas provisoriamente à carga horária habitual, decorrentes da substituição temporária de outro PROFESSOR ou de reforço escolar, com duração predeterminada. Nesses casos, a condição deverá ser formalizada através de documento firmado entre o SESI-SP e o PROFESSOR que aceitar realizá-las e as horas-aula adicionais serão pagas apenas como aulas normais, acrescidas do DSR, da hora-atividade e das demais vantagens pessoais proporcionais a estas aulas.
- c) a reposição de aulas para cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, decorrentes da ausência do PROFESSOR para participação em assembleias, previstas na cláusula *Assembleias Sindicais* do presente Acordo, assim como em decorrência da impossibilidade de utilização do local de trabalho por motivo de força maior. Nesses casos, as horas-aula de reposição serão pagas apenas como aulas normais, acrescidas do DSR, de hora-atividade e das demais vantagens pessoais proporcionais a estas aulas.
- d) os treinamentos para PROFESSORES da Educação realizados durante a semana letiva, nos dias úteis.
- e) as reuniões pedagógicas e conselhos de classe previstos no calendário escolar e treinamentos da brigada de incêndio.
- f) o trabalho dos PROFESSORES de Educação Física da Educação em eventos institucionais esportivos até o limite máximo de 8 (oito) horas-aulas diárias.
- g) o trabalho dos PROFESSORES dos Centros de Qualidade de Vida nos eventos esportivos institucionais previstos no calendário, considerada a escala de trabalho local, respeitado o parágrafo sétimo desta cláusula.

**Parágrafo sexto** – É vedado exigir do PROFESSOR a regência de aulas, trabalhos, exames ou qualquer atividade aos domingos e feriados nacionais ou religiosos, exceto para os PROFESSORES dos Centros de Qualidade de Vida, para os quais será permitido o trabalho nas

atividades citadas, inclusive treinamentos e capacitações, limitados a dois por mês conforme escala de trabalho e programação da unidade.

**Parágrafo sétimo** – O pagamento relativo à jornada extraordinária deverá ser feito até o mês subsequente ao da realização da sobre jornada.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **8. Adicional noturno**

A remuneração do trabalho noturno após as 22 (vinte e duas) horas, previsto no inciso IV artigo 7º da Constituição Federal e artigo 73 da CLT, será acrescida de 25% (vinte e cinco por cento), incidentes sobre o valor da hora-aula trabalhada.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **9. Adicional de hora-atividade**

Fica mantido o adicional de hora-atividade de 15% (quinze por cento), para remuneração do trabalho dos PROFESSORES no desenvolvimento de tarefas básicas necessárias ao ato de ministrar aulas tais como preparação de aulas, realização e correção de avaliações, em local de escolha dos PROFESSORES.

**Parágrafo único** – O adicional referido no *caput* deverá ser consignado distintamente no comprovante de pagamento.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **10. Adicional por atividade em outro município**

Fica assegurado ao PROFESSOR que exercer suas atividades em diferentes municípios a serviço do SESI-SP, o pagamento de adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor de seu salário, no que se refere às atividades fora do município onde ocorre a prestação contratual normal. Deixando de prestar serviços fora do município de origem, cessará a obrigação do pagamento do adicional.

**Parágrafo primeiro** – Como exceção ao disposto no *caput*, fica o SESI-SP desobrigado do pagamento do adicional previsto, somente quando o exercício da atividade docente em diferentes municípios se der por iniciativa expressa e fundamentada do PROFESSOR, quando ocorrer em caráter temporário ou em se tratando de municípios conurbados.

**Parágrafo segundo** – Fica facultado ao PROFESSOR manifestar por escrito à Entidade Sindical, oposição ao trabalho concomitante em outro município, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo terceiro** – Formulada a oposição, obriga-se a Entidade Sindical, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a comunicar a ocorrência ao SESI-SP que, imediatamente, deverá anular o

procedimento administrativo de designação do PROFESSOR para trabalho concomitante em outro município.

### 11. Abono Especial

Será obrigatório o pagamento aos PROFESSORES de Abono Especial, até 15 de outubro de 2021, em parcela correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) da sua remuneração mensal bruta.

Reivindicação: 24% (vinte e quatro por cento) a título de Abono Especial em 2021.

### 12. Vale-alimentação

O SESI-SP concederá vale-alimentação mensal ao PROFESSOR que o requerer, entregando-o até o dia de pagamento do salário mensal.

**Parágrafo primeiro** – O vale-alimentação será parcialmente subsidiado pelo SESI-SP e concedido, entre 1º de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022, nos seguintes valores e condições:

CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALORES DE PARTICIPAÇÃO		
	FACE	PROFESSOR	SESI-SP
Até 14 horas ou Aulas	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
Acima de 14 horas ou Aulas	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx

**Parágrafo segundo** – O vale ora instituído não se constitui como verba salarial e não integrará, para nenhum efeito, o salário ou a remuneração percebida pelo PROFESSOR.

**Parágrafo terceiro** – O vale-alimentação não será concedido nas férias e na licença sem remuneração e, rescindido o contrato de trabalho, cessará o direito do PROFESSOR a esse benefício.

**Parágrafo quarto** – No intuito de se manter a equalização de benefícios oferecidos aos funcionários pelo SESI-SP, não será permitida a cumulação do recebimento do vale-alimentação com o vale-refeição.

Reivindicação – Manutenção da cláusula, adequação de datas e reajuste dos valores pelo mesmo índice estabelecido na cláusula *Reajuste salarial*.

### 13. Vale – refeição

O SESI-SP concederá 22 (vinte e dois) vales-refeição, por mês, ao PROFESSOR que os requerer, desde que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a 7 (sete) horas, em 5 (cinco) dias na semana.

**Parágrafo primeiro** – O PROFESSOR com jornada de trabalho estabelecida no *caput* e que trabalha menos de cinco dias na semana receberá quantidade de vales proporcionalmente aos dias trabalhados.

**Parágrafo segundo** – Será garantido o vale-refeição nos seguintes casos:

- a) nos dias em que a carga horária do PROFESSOR for de seis ou mais aulas, em dois períodos, com intervalo para refeição de uma hora, pelo menos;
- b) nos dias em que o PROFESSOR trabalhar em dois períodos consecutivos (manhã/tarde ou tarde/noite), qualquer que seja sua carga horária.

Nesses casos o benefício previsto na cláusula *Vale-Alimentação* desta norma coletiva será concedido em proporção de seu valor facial relativo aos dias remanescentes cuja carga horária for restrita a um período. Excluem-se da referida concessão do vale-refeição os casos de jornada estendida do PROFESSOR, remunerada com base em horas-extras.

**Parágrafo terceiro** – Os vales-refeição, cujos valores de face vigentes entre 01/03/2021 e 28/02/2022 corresponderão a R\$ xxxx (xxxx), serão entregues até o dia de pagamento do salário mensal e terá parte de seu valor subsidiado pelo SESI-SP, nas seguintes condições:

FAIXA SALARIAL	VALORES DE PARTICIPAÇÃO	
	R\$ xxxx	
	PROFESSOR	SESI-SP
até R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
de R\$ xxxx a R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
de R\$ xxxx a R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
acima de R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx

**Parágrafo quarto** – A concessão de vale-refeição não constitui verba salarial e não integrará, para nenhum efeito, o salário ou a remuneração percebida pelo PROFESSOR.

**Parágrafo quinto** – Os vales-refeição não serão concedidos nas férias e nas licenças sem remuneração e, rescindido o contrato de trabalho, cessará o direito do PROFESSOR a esse benefício.

**Parágrafo sexto** – No intuito de se manter a equalização de benefícios oferecidos aos PROFESSORES pelo SESI-SP, não será permitida a acumulação do recebimento de vale-refeição e de vale-alimentação, observado o disposto no parágrafo 2º desta cláusula.

**Reivindicação – Manutenção da cláusula, adequação de datas e reajuste dos valores pelo mesmo índice estabelecido na cláusula *Reajuste salarial*.**

**14. Garantia aos filhos dos Professores**

Na vigência do presente Acordo não serão cobrados do PROFESSOR as mensalidades e taxas escolares dos filhos matriculados nas unidades escolares do SESI-SP, inclusive o adotado e dependente que esteja sob a guarda judicial do PROFESSOR e que viva sob sua dependência econômica e devidamente comprovada.

**Parágrafo único** – Este benefício não possui caráter remuneratório e nem se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou remuneração percebida pelo PROFESSOR.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**15. Assistência médica**

Será assegurada assistência médica, prestada por meio de convênios, aos PROFESSORES e PROFESSORAS, cônjuges e dependentes legais, estes últimos definidos nos contratos de prestação de serviço com as empresas médicas conveniadas, sendo assumida pelo SESI-SP a maior parcela das despesas decorrentes desses convênios.

**Parágrafo único** - Filhos solteiros com até 21 (vinte e um) anos completos, ou se estudantes universitários até 24 (vinte e quatro) anos completos. A comprovação de matrícula em curso universitário (Superior) deverá ser emitida pela Escola/Universidade e apresentada ao SESI-SP a cada 06 (seis) meses para validar a inscrição no plano de saúde.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula, inclusão das PROFESSORAS, dos cônjuges e inclusão dos filhos solteiros até 21 (vinte e um) anos completos, ou se estudantes universitários até 24 (vinte e quatro) anos.**

**16. Complementação de auxílio-doença**

Será assegurada a complementação do valor pago pelo INSS ao PROFESSOR, a título de auxílio-doença, em decorrência de doença ou de acidente do trabalho.

**Parágrafo primeiro** – Para os PROFESSORES participantes do INDUSPREV, a complementação será calculada e paga pelo INDUSPREV.

**Parágrafo segundo** – Para os PROFESSORES não participantes do INDUSPREV, a complementação será de 100% (cem por cento) da diferença entre a remuneração fixa mensal paga pelo SESI-SP e o valor do auxílio-doença pago pelo INSS, no primeiro semestre de afastamento.

O pagamento dessa complementação cessará após o período de 6 (seis) meses, consecutivos ou não.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**



**17. Creche**

Será concedido reembolso-creche aos **PROFESSORES** e às PROFESSORAS que tenham filhos **com até 03 (três) anos de idade**, até o valor de 50% (cinquenta por cento) de um salário mínimo por mês, pelo período de 12 (doze) meses, a partir do término da licença maternidade.

**Parágrafo único** – O mesmo benefício será concedido às PROFESSORAS que adotarem ou obtiverem guarda para fins de adoção de crianças até dois anos de idade, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data da adoção ou guarda.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula, inclusão dos PROFESSORES e majoração da idade para até 03 (três) anos de idade.**

**18. Professores admitidos em substituição**

Ao PROFESSOR admitido em substituição a outro desligado, por qualquer que tenha sido o motivo, será sempre garantido salário inicial igual ao menor salário na função no SESI-SP, sem serem consideradas eventuais vantagens pessoais.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**19. Contrato por prazo determinado**

A contratação por prazo determinado no SESI-SP observará as disposições legais que regulam a matéria.

**Parágrafo primeiro** – Fica expressamente autorizada a contratação por prazo determinado de:

- a) PROFESSORES Técnicos de Esporte, para os PROFESSORES dos Centros de Qualidade de Vida, em atuação nos projetos de duração determinada de formação esportiva e atividades físicas personalizadas (academia);
- b) PROFESSORES da EJA – Educação de Jovens e Adultos da Educação, para cursos desenvolvidos nas dependências das empresas ou instituições tomadoras dos serviços, cuja temporariedade da atividade esteja vinculada ao convênio celebrado entre o SESI-SP e as empresas ou instituições.
- c) Quando esgotada a lista de candidatos oriundos da seleção pública.

**Parágrafo segundo** – Tais contratos passarão a vigorar por prazo indeterminado se não rescindidos na data prevista para o seu término.

**Parágrafo terceiro** – Todo PROFESSOR readmitido até 12 (doze) meses após a demissão fica desobrigado de firmar contrato de experiência.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**20. Garantia semestral de salários**

Na hipótese de demissão sem justa causa os PROFESSORES da Educação terão assegurados:

Sindicato • Fepesp • SESI-SP

- a) no primeiro semestre civil, os salários integrais até 30 de junho do respectivo semestre;
- b) no segundo semestre civil, os salários integrais até 31 de dezembro do respectivo semestre, ressalvado o parágrafo 4º.

**Parágrafo primeiro** – O PROFESSOR que tiver menos de um ano de casa na data da dispensa não terá direito à Garantia Semestral de Salários.

**Parágrafo segundo** – Para não ficar obrigado a pagar ao PROFESSOR os salários do semestre subsequente ao da demissão o SESI-SP deverá comunicar a demissão nos seguintes períodos: até o dia **xx** de junho de **2021**, para demissão no final do primeiro semestre e até o dia **xx** de dezembro de **2021**, para demissão no final do ano letivo.

**Parágrafo terceiro** – Fica expressamente ressalvado que o período do aviso prévio indenizado ou trabalhado que se projete no semestre seguinte ao da dispensa não acarretará a Garantia Semestral de Salários.

**Parágrafo quarto** – Quando as demissões ocorrerem a partir de 16 de outubro, o SESI-SP pagará valor correspondente aos salários devidos até o reinício das aulas do ano seguinte, independente do tempo de serviço do PROFESSOR no SESI-SP, exceto para aqueles que estejam em contrato por prazo determinado, conforme cláusula “*Contrato por prazo determinado*” do presente Acordo Coletivo.

**Parágrafo quinto** – Na hipótese de o PROFESSOR desistir no início do ano letivo, de carga horária assumida formalmente e documentada, no final do ano letivo anterior, durante o período de atribuição de aulas, o SESI-SP poderá demiti-lo, sem o pagamento da Garantia Semestral de Salários. Por outro lado, caso a carga horária oferecida no final do ano letivo, no período de atribuição de aulas, aceita formalmente e documentada, não for mantida no início do ano letivo subsequente, por conveniência do SESI-SP, o PROFESSOR será demitido sem causa justa, recebendo o pagamento da Garantia Semestral de Salários.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

## **21. Indenização adicional para Professores com mais de 50 anos de idade**

O PROFESSOR demitido sem justa causa que tenha, no mínimo, 50 (cinquenta) anos de idade terá direito a uma indenização adicional de 15 (quinze) dias, além do aviso-prévio proporcional estabelecido pela Lei 12.506/2010.

**Parágrafo primeiro** – Para ter direito a esta indenização adicional de quinze dias, o PROFESSOR deverá ter, na data da demissão, pelo menos um ano de serviço no SESI-SP.

**Parágrafo segundo** – A indenização adicional de quinze dias não contará como tempo de serviço.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**22. Carta-aviso e aviso prévio**

Em caso de dispensa, será garantida a comunicação aos PROFESSORES que, em se tratando de demissão por justa causa, deverá conter a hipótese legal que deu origem ao fato, conforme o artigo 482 da CLT, sob pena de, em não o fazendo, presumir-se descaracterizada a motivação.

**Parágrafo único** – O SESI-SP dispensará o PROFESSOR do cumprimento do aviso prévio quando houver comprovação de obtenção de novo emprego, exceção aos casos de pedido de demissão do PROFESSOR.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**23. Homologação**

Quando o SESI-SP promover a dispensa ou receber pedido de demissão de PROFESSOR com mais de um ano de contrato de trabalho, obriga-se a homologar, sem ônus, na sede das Entidades Sindicais signatárias que possuam no município setor próprio de homologação.

**Parágrafo primeiro** – Não havendo setor de homologação na Entidade Sindical no município, a Federação se responsabilizará pela homologação sem qualquer ônus ao SESI-SP.

**Parágrafo segundo** – Não ocorrendo a citada homologação por responsabilidade do SESI-SP, em até 30 (trinta) dias após o prazo máximo para o pagamento das verbas rescisórias, previsto no artigo 477, parágrafo 6º da CLT, este arcará com a multa de um salário vigente à época, a favor do PROFESSOR. O SESI-SP deverá agendar a homologação no respectivo Sindicato, no prazo máximo de dez dias da dispensa. Não ocorrendo a homologação por responsabilidade ou impossibilidade de agendamento do Sindicato a multa não se aplica.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**24. Atividade docente**

Considera-se atividade docente a função de ministrar aulas em qualquer série, nível, grau ou curso, com as atividades pedagógicas inerentes, tais como: planejamento, reuniões, preparação de aulas e material didático, correção de avaliações, aulas práticas na unidade escolar, ou externamente aplicadas, visitas educacionais, atividades extracurriculares associadas ao ensino.

**Parágrafo único** – Fica expressamente vedado exigir-se dos PROFESSORES atuação em atividades consideradas não inerentes ao magistério principalmente relacionadas a serviços de secretaria escolar e de inspeção de alunos fora da sala de aula. Excluem-se da proibição deste parágrafo:

- a) a organização de eventos esportivos e de lazer, assim como assessoria às empresas em esporte e lazer, pelos PROFESSORES dos Centros de Qualidade de Vida.
- b) as atividades exercidas pelo PROFESSOR que acompanha os alunos matriculados no ensino fundamental de nove anos, em período integral, existentes nos Centros Educacionais.

Sindicato • Fepesp • SESI-SP

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

### **25. Trabalho tecnológico**

Se por iniciativa do SESI-SP for solicitado ao PROFESSOR atividades que envolvam o uso de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação - NTICs, fora de seus horários habituais de trabalho, para atender os alunos, a Instituição estará obrigada:

**Parágrafo primeiro** - Pagamento das atividades agregadas ao trabalho docente e realizadas nas plataformas da instituição ou fora dela.

**Parágrafo segundo** - Sendo atividades habitualmente realizadas, a remuneração será calculada pelas horas de trabalho realizadas no mês, não podendo ser inferior ao valor da hora-aula.

Reivindicação: Inclusão da cláusula *Trabalho tecnológico* no Acordo Coletivo de Trabalho 2021.

### **26. Adicional pela elaboração de prova substitutiva e orientação de trabalho acadêmico**

O SESI-SP deverá remunerar os PROFESSORES quando exigir a elaboração, aplicação de provas substitutivas e a orientação de trabalhos acadêmicos nas seguintes condições:

a) Todas aquelas avaliações e trabalhos de caráter excepcional ou de substituição para alunos ausentes, para cada disciplina, série ou turma, o PROFESSOR receberá, no mínimo, o valor da hora-aula de contratação, por hora de trabalho.

b) O PROFESSOR responsável pela orientação de trabalhos acadêmicos que, eventualmente, sejam realizados fora de seu horário de contratação, deverá receber como horas extras, acrescidas de 70% (setenta por cento), nas condições estabelecidas na cláusula *Jornada extraordinária* deste Acordo Coletivo.

Reivindicação: Inclusão da cláusula *Adicional pela elaboração de prova substitutiva e orientação de trabalho acadêmico* no Acordo Coletivo de Trabalho 2021.

### **27. Garantia de emprego à gestante**

A gestante gozará de estabilidade provisória por 90 (noventa) dias após o término da licença-maternidade.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

### **28. Garantia de emprego por acidente de trabalho ou doença ocupacional**

É garantido o emprego, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da alta médica, ao PROFESSOR que sofreu acidente de trabalho ou foi acometido de doença ocupacional que, em decorrência, motivou seu afastamento da atividade profissional por período superior ao previsto na legislação de responsabilidade do empregador.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

**29. Garantia ao Professor em vias de aposentadoria**

Fica assegurado ao PROFESSOR que comprovadamente estiver a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses ou menos da aquisição do direito à aposentadoria integral por tempo de serviço ou idade e que conte com um mínimo de 3 (três) anos de trabalho no SESI-SP, a garantia de emprego durante o período que faltar até a referida aquisição do direito. Obtido o direito a uma das aposentadorias citadas, cessa a estabilidade.

**Parágrafo primeiro** – O PROFESSOR deverá informar ao SESI-SP, por escrito, que está amparado pela garantia de emprego, mediante a entrega protocolizada da contagem de tempo de serviço atestada pelo INSS ou por credenciados ao INSS e dos documentos que serviram de base para a contagem. Na ausência do atestado de tempo de serviço, serão aceitos pelo SESI-SP, também mediante protocolo, apenas os documentos comprobatórios do tempo de serviço. O PROFESSOR dispõe de até 60 (sessenta) dias a contar da notificação da dispensa para entregar ao SESI-SP a referida documentação, sob pena de decadência do direito à referida garantia de emprego.

**Parágrafo segundo** – Após a análise da documentação apresentada pelo PROFESSOR e sendo ele portador da estabilidade prevista nesta cláusula, o SESI-SP tomará as medidas necessárias para cancelar a dispensa ou, se não for possível, readmitir o PROFESSOR, mantendo-se, nesse caso, a remuneração e as demais vantagens que vinham sendo percebidas por ele antes da rescisão, com exceção do benefício previsto na cláusula *Indenização Adicional para PROFESSORES com mais de Cinquenta Anos* do presente Acordo, caso quitado na rescisão.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**30. Garantia ao Professor transferido de município**

Fica assegurada ao PROFESSOR transferido de município a garantia de emprego pelo período de 6 (seis) meses, contados da data da efetiva transferência.

**Parágrafo único** – Como exceção ao disposto no *caput*, fica o SESI-SP desobrigado de assegurar a estabilidade prevista, somente quando a transferência de município se der por iniciativa expressa e fundamentada do PROFESSOR, observados os parágrafos 2º e 3º da cláusula *Adicional por atividade em outro município* do presente Acordo Coletivo.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**31. Jornada do Professor mensalista**

Os PROFESSORES mensalistas que ministrarem aulas na modalidade de Educação Infantil, ou nos cinco primeiros anos de escolaridade do Ensino Fundamental terão jornada base mínima de 20 (vinte) horas semanais por turno, excetuados os contratos que contenham outra previsão de jornada.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**32. Hora-aula**

Para efeito de pagamento de PROFESSORES aulistas, considera-se aula o trabalho letivo com duração máxima de 50 (cinquenta) minutos.

**Parágrafo único** – A duração da aula para os Professores dos Centros de Qualidade de Vida será de 60 (sessenta) minutos.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**33. Irredutibilidade salarial**

Será observado com relação ao salário dos PROFESSORES o princípio de irredutibilidade salarial da remuneração e da carga horária, nos termos da Constituição Federal.

**Parágrafo primeiro** – Com exceção ao disposto no *caput*, somente será permitida a redução de carga horária quando esta se der por iniciativa expressa e fundamentada do PROFESSOR, ou ainda, quando o PROFESSOR solicitar transferência para unidade e/ou município que não apresente disponibilidade de manutenção da carga horária original. Em qualquer hipótese deverá haver a anuência formal do SESI-SP. Caso não haja a anuência do SESI-SP e o PROFESSOR não puder manter o mesmo número de aulas que vinha ministrando, será promovida a rescisão contratual por pedido de demissão do empregado.

**Parágrafo segundo** – Também será permitida a redução de carga horária do PROFESSOR, com a sua concordância, em decorrência de:

- a) supressão de turmas decorrentes da redução no número de alunos e desativação gradativa da unidade escolar ou a supressão de modalidade de ensino da Educação Básica;
- b) supressão de disciplina (componente curricular) decorrente da legislação vigente, de alteração legal de matriz curricular da educação básica do SESI-SP, ou alteração do número de aulas em decorrência de mudança de ano de escolaridade.

**Parágrafo terceiro** – A redução prevista no parágrafo segundo, com as devidas justificativas, será comunicada ao PROFESSOR até o final do ano letivo anterior. Caso o PROFESSOR não concorde, o SESI-SP promoverá sua rescisão contratual por demissão sem justa causa.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**34. Supressão de disciplina, classe ou turma**

Ocorrendo supressão de disciplina (componente curricular) por força de legislação vigente ou em virtude de alteração na matriz curricular da educação básica do SESI-SP, ou ainda, em ocorrendo encerramento de classe/turma, o respectivo PROFESSOR terá prioridade para preenchimento de vagas disponíveis em sua área de habilitação.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**35. Abono de faltas**

Fica estabelecido que o SESI-SP se obriga a remunerar o dia, sem repercussão nas férias, nos seguintes casos de ausência do PROFESSOR:

- a) para obtenção de documento legal, observado o limite de duas por ano, desde que comunicadas com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas e comprovadas posteriormente;
- b) para prestar exames vestibulares e exames escolares de qualificação em cursos superiores, desde que comunicadas com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas e comprovadas posteriormente;
- c) para acompanhamento ao médico de filho menor, com idade até quinze anos ou de ascendentes idosos, mediante comprovação e observado o limite de uma por ano;
- d) por motivo de doença, mediante atestado fornecido por médico ou cirurgião dentista;
- e) para compensação de dias trabalhados em eleições, por convocação da Justiça Eleitoral. Nos termos da Lei 9.504/1997, art. 98, os dias serão compensados em dobro, sem prejuízo dos vencimentos, de comum acordo com as chefias até o final do ano letivo seguinte ao da realização da eleição. A *Comissão de acompanhamento/cumprimento das condições normativas de trabalho* estabelecerá diretrizes e orientações para disciplinar o comum acordo entre professores e chefias.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**36. Gala ou luto**

Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias corridos, as faltas do PROFESSOR decorrentes de gala ou luto, este em decorrência de falecimento de pai, mãe, filho(a), cônjuge, companheiro(a), assim juridicamente reconhecido(a), ou dependente.

**Parágrafo único** – Será também abonada a ausência de um dia, motivada pelo falecimento do sogro ou da sogra, mediante comprovação.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**37. Desconto de faltas**

Na ocorrência de faltas, o SESI-SP poderá descontar do salário do PROFESSOR, no máximo, o número de horas ou aulas em que o mesmo esteve ausente, o DSR (1/6), hora-atividade, se houver, e demais vantagens pessoais proporcionais ao período de ausência.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**38. Janelas**

Considera-se “janela” as aulas vagas existentes no horário do PROFESSOR aulista entre duas aulas ministradas no mesmo turno.

Sindicato • Fepesp • SESI-SP

**Parágrafo único** – Será efetuado o pagamento das janelas e durante estas o PROFESSOR deverá permanecer à disposição do SESI-SP para o desenvolvimento de atividades atinentes ao magistério.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **39. Dia do Professor**

Nos termos do Decreto nº 52 682, de 14 de outubro de 1963, o dia 15 de outubro será feriado escolar.

**Parágrafo único** – A critério do SESI-SP, a folga do PROFESSOR nesse dia poderá ser alterada, desde que concedida na mesma semana, ou na semana anterior em que ocorrer o feriado.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **40. Condições de trabalho**

O SESI-SP continuará a priorizar a qualidade de ensino e a proteção ao trabalho e à saúde dos PROFESSORES, de acordo com a legislação em vigor.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

### **41. Calendário Escolar**

O calendário escolar da Educação para o ano de **2022** será divulgado até o final do ano letivo de **2021**.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

### **42. Férias**

As férias dos PROFESSORES serão coletivas e gozadas do seguinte modo:

**a)** Os PROFESSORES dos Centros de Qualidade de Vida terão os períodos de férias definidos pelo calendário estabelecido nos Centros de Atividades do SESI-SP, de modo a não coincidirem com aqueles previstos na cláusula Recesso Escolar do presente Acordo Coletivo.

**b)** Os demais PROFESSORES da Educação gozarão férias no período compreendido entre **xx** de julho de **2021** a **xx** de julho de **2021**.

**Parágrafo primeiro** – O SESI-SP está obrigado a pagar aos PROFESSORES as férias e o abono constitucional de 1/3 (um terço) até 2 (dois) dias úteis antes do início de seu gozo (artigo 145 da CLT e inciso XVII – artigo 7º da Constituição Federal).

**Parágrafo segundo** – Havendo coincidência entre as férias coletivas e o período de afastamento legal da gestante ou adotante, as férias serão obrigatoriamente concedidas e iniciadas no dia útil seguinte ao término da licença-maternidade.

**Parágrafo terceiro** – Será garantido o pagamento de férias proporcionais aos PROFESSORES que, à época do desligamento, contarem com menos de um ano de serviço no SESI-SP.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

Sindicato • Fepesp • SESI-SP



**43. Recesso escolar**

O recesso escolar de 30 (trinta) dias dos PROFESSORES será coletivo e distribuído da seguinte forma:

- a) O recesso dos PROFESSORES dos Centros de Qualidade de Vida será gozado no período compreendido entre **xx** de dezembro de **2021** a **xx** de janeiro de **2022**.
- b) O recesso dos PROFESSORES da Educação será gozado no período compreendido entre **xx** de dezembro de **2021** a **xx** de janeiro de **2022**.

**Parágrafo único** – Durante o recesso escolar os PROFESSORES não serão convocados para o trabalho.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de datas.**

**44. Licença particular**

A cada 5 (cinco) anos de efetivo e ininterrupto exercício profissional junto ao SESI-SP, ressalvadas as interrupções previstas em lei e nas sentenças normativas, os PROFESSORES terão direito a uma licença não remunerada para tratar de interesses particulares, com duração máxima de 1 (um) ano letivo, podendo ser prorrogada por iniciativa do PROFESSOR e a critério do SESI-SP. O período de licença não será computado para contagem de tempo de serviço ou qualquer efeito.

**Parágrafo primeiro** – A licença de que trata o *caput* deverá ser solicitada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início do ano letivo, devendo especificar as datas de início e término do afastamento, sendo mantidas inalteradas as vantagens contratuais durante esses sessenta dias.

A intenção de retorno do PROFESSOR à atividade deverá ser comunicada ao SESI-SP, no mínimo, 75 (setenta e cinco) dias antes do final da licença. O PROFESSOR deverá ser notificado pelo SESI-SP quanto à data limite de tal solicitação.

**Parágrafo segundo** – Se a licença tiver seu termo final durante o ano ou semestre letivo, será prorrogada, a critério do SESI-SP, até o reinício do novo período letivo.

**Parágrafo terceiro** – Considera-se demissionário o PROFESSOR que, ao término do afastamento, não retornar às atividades docentes.

**Parágrafo quarto** – Ocorrendo a dispensa sem justa causa ao término da licença, o PROFESSOR não terá direito à *Garantia Semestral de Salários* prevista em cláusula do presente Acordo Coletivo.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

**45. Licença Adoção**

Nos termos da Lei 12.873 de 25 de outubro de 2013, será assegurada licença de 120 (cento e vinte) dias à PROFESSORA ou ao PROFESSOR que vier a adotar ou obtiver guarda judicial de crianças para fins de adoção e fizer jus ao salário maternidade pago pela Previdência Social.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**46. Licença-paternidade**

A licença-paternidade do PROFESSOR será de 06 (seis) dias, a contar da data de nascimento do filho.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**47. Local para refeições**

Obriga-se o SESI-SP a manter nas dependências de cada uma de suas unidades, local apropriado para refeições.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**48. Uniforme**

É obrigatório o fornecimento de uniformes aos PROFESSORES quando exigido pelo SESI-SP na prestação de serviços.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**49. Eleições da CIPA**

Será assegurado à entidade sindical signatária, o acompanhamento do processo eleitoral e a respectiva apuração da eleição dos membros da CIPA.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**50. Medidas de prevenção ao agravo de voz**

O SESI-SP promoverá ações que visem à preservação da saúde vocal dos PROFESSORES, tais como informações, treinamento, exercícios para o uso correto da voz e, quando necessário, encaminhamento para tratamento.

**Parágrafo único** – Esse programa, destinado aos PROFESSORES que tenham interesse em dele participar, será realizado fora da jornada de trabalho e não obrigará o SESI-SP ao pagamento de horas extras.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

**51. Quadro de avisos e atividade sindical**

O SESI-SP colocará, em cada uma de suas unidades, à disposição da Entidade Sindical, quadro de avisos para a fixação de comunicados de interesse da categoria, que não tratarão de questões político-partidárias e de cunho religioso.

**Parágrafo único** – O SESI-SP permitirá acesso de diretor sindical no horário de intervalo dos PROFESSORES.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

## **52. Representante sindical**

Fica assegurada a garantia de salários de 22 (vinte e dois) delegados representantes dos Sindicatos dos PROFESSORES que firmam Acordo Coletivo de Trabalho com o SESI-SP, integrantes da Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, que terão garantia de salários até o final do mês de junho de 2022.

**Parágrafo único** – A indicação dos nomes desses delegados, limitada a um representante por Centro Educacional, será enviada pela FEPESP ao SESI-SP, durante a vigência deste Acordo Coletivo.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula e adequação de data.**

## **53. Assembleias sindicais**

Todo PROFESSOR terá direito a abono de faltas para o comparecimento às assembleias da categoria.

**Parágrafo primeiro** – Na vigência deste Acordo Coletivo, os abonos estão limitados a 2 (dois) sábados e mais 1 (um) dia útil por ano.

**Parágrafo segundo** – A Entidade Sindical deverá informar ao SESI-SP, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos. Na comunicação deverão constar a data e o horário da assembleia.

**Parágrafo terceiro** – Havendo necessidade haverá a compensação do(s) dia(s) letivo(s), no caso de não cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, conforme o que define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

**Parágrafo quarto** – Os dirigentes sindicais terão abono de faltas para comparecimento às assembleias de sua categoria profissional, sem o limite previsto no parágrafo 1º desde que a Entidade Sindical comunique tal fato ao SESI-SP com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

**Parágrafo quinto** – O abono das faltas dos PROFESSORES e dos dirigentes sindicais se dará mediante apresentação de atestado de comparecimento fornecido pela entidade sindical promotora do evento.

Reivindicação: **Manutenção da cláusula.**

## **54. Mandato sindical**

Será computado como efetivo tempo de serviço, sem remuneração, no período de afastamento, de até 3 (três) empregados eleitos para o desempenho de mandato sindical, mediante comunicação por escrito da entidade sindical signatária.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

#### **55. Abono de faltas de dirigentes sindicais**

Serão abonadas as faltas dos diretores sindicais efetivos e suplentes das Entidades Sindicais signatárias para que possam prestar serviços à entidade sindical, desde que as ausências sejam comunicadas ao SESI-SP com 10 (dez) dias de antecedência.

Reivindicação: Manutenção da cláusula.

#### **56. Contribuição assistencial (não aplicável à base territorial do Sinpro São Paulo)**

O SESI-SP promoverá o desconto, no exercício de **2021**, na folha de pagamento dos seus PROFESSORES sindicalizados, para recolhimento em favor da entidade sindical legalmente representativa da categoria dos PROFESSORES, na base territorial conferida pela respectiva carta sindical ou pelo inciso I, Artigo 8º, da Constituição Federal, em conta especial, da importância correspondente ao percentual estabelecido na Assembleia Geral da categoria, que não pode ultrapassar 5% (cinco por cento) do salário bruto do PROFESSOR.

A entidade sindical enviará ao SESI-SP a relação nominal dos PROFESSORES associados ou sindicalizados, bem como as respectivas autorizações individuais, a fim de que se promova o desconto da contribuição assistencial supracitada.

**Parágrafo único** – O PROFESSOR não associado à entidade sindical poderá autorizar o desconto da contribuição assistencial, previa e expressamente, conforme previsto no artigo 545 da CLT, com a redação dada pela lei nº 13.467/2017.

Reivindicação: Manutenção da cláusula e adequação de data.

#### **57. Mensalidade associativa**

O SESI-SP se obriga a repassar à Entidade Sindical representante da categoria profissional, no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento mensal, os valores correspondentes ao desconto das mensalidades associativas.

**Parágrafo primeiro** – As mensalidades relativas às autorizações para desconto em folha de pagamento, enviadas até o dia 10 (dez), serão descontadas no próprio mês, sendo que aquelas enviadas após essa data serão processadas a partir do mês seguinte.

**Parágrafo segundo** – Para o PROFESSOR que se sindicalizar por intermédio da Internet, o SESI-SP aceitará a autorização, impressa pela entidade sindical, com base na respectiva filiação eletrônica e encaminhada formalmente pela entidade sindical ao SESI-SP.

**Parágrafo terceiro** – Para a situação prevista no parágrafo segundo desta cláusula, obriga-se a entidade sindical a devolver de imediato, mediante notificação simples, os valores provenientes de descontos efetuados a título de mensalidade associativa, no caso de reclamação expressa do Professor.

Sindicato • Fepesp • SESI-SP

**Parágrafo quarto** – Obriga-se a entidade sindical, mediante simples notificação, a ressarcir o SESI-SP, na totalidade dos descontos, no caso de condenação judicial de ação intentada pelo PROFESSOR contra o SESI-SP, relativa à devolução dos descontos efetuados, com base na autorização prevista no parágrafo segundo desta cláusula.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **58. Comissão de acompanhamento/cumprimento das condições normativas de trabalho**

Tendo em vista o disposto no art. 613, V, da CLT (“normas para conciliação das divergências surgidas entre os convenentes por motivos da aplicação de seus dispositivos), as partes ora acordantes, concordam em formar uma “Comissão de Acompanhamento/Cumprimento das Condições Normativas de Trabalho (*Comissão*)” que será integrada, paritariamente, por um total de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes do SESI-SP e 3 (três) dos sindicatos integrantes da Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP.

**Parágrafo primeiro** – Essa “Comissão” tem por objetivo velar pelo cumprimento do presente pacto coletivo de trabalho, intentando as tratativas permanentes da conciliação das divergências surgidas entre os ora acordantes por motivo de aplicação dos dispositivos do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

**Parágrafo segundo** – Além das matérias apontadas no parágrafo anterior, a “Comissão” poderá examinar e discutir sobre os seguintes assuntos relativos a:

- a) garantia de emprego a portadores de HIV e de doenças graves;
- b) comunicações formalizadas de abuso de poder nas relações de trabalho.

**Parágrafo terceiro** – As comunicações de abuso de poder nas relações de trabalho deverão ser formalizadas pela Fepesp, até 30 (trinta) dias antes do final do período letivo de cada semestre, contendo a identificação do PROFESSOR denunciante.

**Parágrafo quarto** – O PROFESSOR que denunciar abuso de poder nas relações de trabalho não sofrerá qualquer tipo de retaliação na unidade de ensino que trabalha, a partir do momento da formalização da denúncia junto ao SESI-SP, até o final da apuração e averiguação a ser realizada pelo SESI-SP, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo quinto** – A Comissão mencionada no caput deste artigo poderá se reunir ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocada por uma das partes, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

**Parágrafo sexto** – Para as reuniões ordinárias e extraordinárias, a parte que a convocou deverá elencar os assuntos e fatos que motivaram a referida convocação, sumariando sucintamente os fatos relativos a cada um deles.

**Parágrafo sétimo** - As conclusões das reuniões previstas no parágrafo 3º deverão ser registradas em documento específico, assinado pelos membros da Comissão.

Sindicato • Fepesp • SESI-SP

**Parágrafo oitavo** - Para as questões relativas a representantes ou dirigentes sindicais e abuso de poder nas relações de trabalho, poderá ser formada comissão específica de caráter transitório.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **59. Permanência exclusiva das cláusulas previstas neste Acordo Coletivo**

Na forma do artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, todas as cláusulas previstas nas anteriores Sentenças Normativas e Acordos Coletivos de Trabalho existentes entre as partes ora acordantes, são substituídas pelas presentes cláusulas deste instrumento coletivo, em virtude da plena negociação delas, o que resulta no estabelecimento de novas condições de trabalho aqui ajustadas por mútuo consenso.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula.**

#### **60. Multa por obrigação de fazer**

O não cumprimento das obrigações de fazer constantes deste Acordo sujeitará a parte infratora a uma multa, por infração a cada cláusula, equivalente a **R\$ 123,18 (cento e vinte e três reais e dezoito centavos)** revertendo em favor da parte prejudicada, acrescida de juros.

**Reivindicação: Manutenção da cláusula e reajuste do valor da multa por obrigação de fazer pelo mesmo índice estabelecido na cláusula *Reajuste salarial*.**